

TOPÔNIMOS NA RCI: RESGATE DA IDENTIDADE CULTURAL

Vitalina Maria FROSI¹ (UCS)
Giselle Olívia Mantovani Dal CORNO (UCS)
Carmen Maria FAGGION (UCS)

RESUMO: As denominações italianas de várias localidades da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul - RCI - foram substituídas, na década de 1930, por nomes brasileiros (lusos ou indígenas). Passada a Segunda Guerra Mundial, no entanto, houve sucessivas retomadas dos nomes antigos, configurando a substituição do não-simbólico pelo simbólico, relacionado ao Velho Mundo. O projeto ESTIGMA - Linguagem da RCI: prestígio e estigmatização -, que visa também à explicação das relações entre língua e cultura na RCI, dedica um espaço a essa reconstituição onomástica para melhor compreender a complexa dialética entre identidade e integração.

ABSTRACT: Italian names (toponyms) given to many localities in the Italian Colonization Region in Northwestern Rio Grande do Sul, Brazil (RCI) were replaced in the 1930's by Brazilian names (either Portuguese or indian). With the end of WWII, however, many of the former names were resumed, in a process of substituting the non-symbolic with symbolic, related to the Old World. Research project ESTIGMA – Language within RCI: prestige and stigmatization – in an attempt to account for the relationship between language and culture in RCI, also explores onomastic reconstitution for better understanding the complex dialectic relations between identity and integration.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar um estudo preliminar sobre alguns dos topônimos presentes na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (doravante RCI). Dentre os nomes das localidades da RCI, são considerados somente aqueles que têm alguma relação histórica, geográfica ou etnolingüística com a terra de origem dos habitantes que formaram, nessa Região, os primeiros povoados, a contar de 1875. Cabe, antes de passarmos ao estudo desses nomes, uma palavra sobre esses primeiros habitantes.

De acordo com Frosi e Mioranza (1975, p. 11-12), a unificação política da Itália, ocorrida em 1870, agravou os problemas sócio-econômicos já existentes, particularmente no norte, onde se situam as Regiões de onde provieram os imigrantes para o sul do Brasil: Lombardia, Friuli-Venécia Júlia e Trentino-Alto Ádige. Os autores resumem a situação com estas palavras:

Sob o ponto de vista sócio-econômico, a Itália apresentava regiões do norte subdesenvolvidas e em condições de feudalismo decadente, embora politicamente fortificado esse com a unidade nacional. Não havia, a breve prazo, perspectivas de melhoramentos. Enquanto os latifúndios permaneciam, a força agrícola não vingava solução para seu problema econômico: um *modus vivendi*, em quase toda a área ao norte do rio Pó – mais crítica nas sub-regiões montanhosas que nas de planície – de agricultores não remunerados senão com os meios essenciais à subsistência e habitando as terras dos grandes proprietários. (FROSI e MIORANZA, 1975, p. 13).

Diante desse quadro, a iniciativa do Governo Imperial do Brasil de abrir espaço para a mão-de-obra estrangeira, para gradativamente substituir a mão-de-obra escrava, constituiu-se como uma possível solução e impulsionou os movimentos emigratórios da Europa, dentre os quais destacamos aquele que trouxe para o Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul um número elevado de famílias italianas que, em alguns casos, conviveram com alemães e poloneses que aqui já se encontravam. A região que habitaram e transformaram em um novo *habitat* para si e para as gerações sucessivas é o que hoje conhecemos como RCI.

¹ As autoras podem ser contatadas, respectivamente, pelos seguintes endereços eletrônicos: frosi@terra.com.br, gomdcorn@ucs.br e cmfaggion@ucs.br

De acordo com Mario Sabbatini (1975, p. XXIII-XXIV) a denominação RCI “tem origem histórica, entrou na linguagem comum e oficial e refere-se propriamente aos territórios das ex-Colônias de natureza pública, fundadas entre 1875 e 1892 e, por extensão, aos territórios dos municípios que delas derivaram”. Nesse mesmo estudo, Sabbatini, referindo-se ao termo Colônia, diz que:

designa in Brasile, sia nel linguaggio ufficiale sia in quello comune, un'area più o meno vasta di terre vergini che viene destinata alla colonizzazione, e perciò lottizzata da un'entità che effettua concessioni di lotti a capifamiglia contadini, i quali si obbligano a disboscarli, metterli a coltura e pagarli, per averne la piena proprietà, entro determinati termini. Nel linguaggio corrente, si chiama «colonia» anche il singolo lotto del complesso, o la frazione di lotto costituente un'unità aziendale contadina² (SABBATINI, 1975, p. XXIII-XXIV).

A área geográfica demarcada e destinada aos imigrantes italianos compreendia terras devolutas do sul do Brasil, divididas pelo governo em várias Colônias. Como outros pesquisadores da área, Giron e Bergamaschi (1996, p. 10) explicam esse “sistema de colônias, implantado pelo governo imperial no Rio Grande do Sul, obedecia ao regime de glebas contínuas que caracterizou a maior parte do empreendimento colonial na província.” O sonho de uma terra de abundância e de uma vida melhor motivou a travessia do Atlântico empreendida por esses colonos imigrantes, que, longe de encontrarem o paraíso já pronto a sua espera, pagaram com seu suor e muitos padecimentos a busca de sua realização. O trecho de Giron e Bergamaschi abaixo evidencia essa afirmação:

O terreno rugoso e o relevo acidentado espantam os passantes na atualidade. As matas fechadas habitadas por animais e pássaros exóticos assustavam os novos moradores. As trinta e seis léguas em quadro, destinadas aos imigrantes italianos, eram as mais inóspitas da Província sulina. Situada entre os vales do Rio Caf e das Antas, a região serrana era rica em fontes e riachos e pobre em vizinhos.

Os colonos agricultores pobres, casados e não tão jovens carregaram suas famílias para uma aventura sem retorno. A busca de terras das quais poderiam ser proprietários e a esperança de uma vida melhor do que a que levavam em sua terra natal mergulhou-os em terras brasileiras.

Os lotes vendidos a preços módicos e a prazos convenientes constituíam a atração. Alguns possuíam um pouco de dinheiro, resultado de negócios feitos na Itália, outros sabiam fazer mais do que plantar, artífices e artesãos, desalojados pelo processo de industrialização, traziam experiências manufatureiras para a nova terra. Todos eram estrangeiros em terra estranha e inexplorada. A grande maioria vinha em busca da riqueza que até então lhes tinha sido negada. (GIRON e BERGAMASCHI, 1996, p. 8).

As terras ocupadas pelos colonos, resumidamente, podem ser agrupadas em Antiga Colônia e Nova Colônia, compreendendo a primeira a Antiga Colônia I e Antiga Colônia II, fundadas na época do Império; a Nova Colônia, fundada durante a República, compreende Guaporé e Encantado. Considera-se ainda a existência de uma Novíssima Colônia decorrente das migrações internas da RCI, resultante das expansões das demais Colônias. O Quadro 1 a seguir apresenta, de forma esquemática, a divisão das Colônias, com intuito de facilitar a compreensão (FROSI e MIORANZA, 1975, p. 53).

Quadro 1. Colônias Oficiais e Novíssima Colônia

Antiga Colônia	Antiga Colônia I: Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu	Fundada em 1875-1885 na época do Império
	Antiga Colônia II: Antônio Prado e Alfredo Chaves.	Fundada em 1884-1896
Nova Colônia	Nova Colônia: Guaporé (e Encantado) ³	Fundada em: 1882-1900, Encantado; e 1892-1900, Guaporé
Novíssima Colônia	Novíssima Colônia: Expansões das diversas colônias anteriores	Formaram-se a contar de 1900 em diante, até mais ou menos 1920

² designa no Brasil, seja na linguagem oficial, seja naquela comum, uma área mais ou menos vasta de terras virgens que é destinada à colonização e, por isso, lotada por uma entidade que efetua concessões de lotes a chefes de famílias de colonos, os quais obrigam-se a derrubar o mato, cultivar esses lotes e pagá-los, para ter deles a plena propriedade, dentro de determinados prazos. Na linguagem corrente, chama-se “colônia” também cada lote do conjunto, ou a fração de lote que constitui uma unidade da empresa colonial. [Trad. nossa].

³ Formada a partir da migração interna de colonos provenientes das Colônias Dona Isabel e Conde D'Eu (cf. Frosi, 2002, p. 126).

O Quadro 2 a seguir apresenta as Colônias Oficiais e as de formação espontânea com o desdobramento em municípios na sua configuração atual.

Quadro 2. Municípios da RCI derivados das Antigas Colônias I e II, da Nova Colônia e da Novíssima Colônia⁴
(adaptado de FROSI, 2002)

Denominação	Colônia	Municípios atuais
Antiga Colônia I (1875-1885)	Caxias (Barracão – Nova Milano)	1 Caxias do Sul 4 Nova Pádua 2 Farroupilha 5 São Marcos 3 Flores da Cunha
	Dona Isabel	6 Bento Gonçalves 8 Santa Teresa 7 Monte Belo do Sul
	Conde D’Eu	9 Boa Vista do Sul 11 Coronel Pilar 10 Carlos Barbosa 12 Garibaldi
	Antonio Prado	13 Antônio Prado 14 Nova Roma do Sul
Antiga Colônia II (1884-1896)	Alfredo Chaves	15 Cotiporã 20 Protásio Alves 16 Fagundes Varela 21 São Jorge 17 Guabiju 22 Veranópolis 18 Nova Bassano 23 Vila Flores 19 Nova Prata 24 Vista Alegre do Prata
Nova Colônia	Encantado (1882-1900)	25 São Valentim do Sul 30 Doutor Ricardo 26 Serafina Correa 31 Relvado 27 Vespasiano Correia 32 Nova Brescia 28 Vila Maria 33 Coqueiros do Sul 29 Encantado
	Guaporé (1892-1900)	34 Camargo 40 Montauri 35 Casca 41 Muçum 36 Dois Lajeados 42 Nicolau Vergueiro 37 Gentil 43 Santa Bárbara do Sul 38 Guaporé 44 São Domingos do Sul 39 Marau
Novíssima Colônia (1900 em diante, até, aproximadamente 1920)	(Expansões das diversas colônias anteriores)	45 Anta Gorda 51 Nova Alvorada 46 Arvorezinha 52 Nova Araçá 47 Ciríaco 53 Parafá 48 David Canabarro 54 Putinga 49 Ilópolis 55 Vanini 50 Muliterno

Estudos já realizados (cf. FROSI, 2000) apresentam a história econômica e lingüístico-dialetológica da RCI dividida em quatro períodos, contendo cada um deles características definidoras que lhes dão fisionomia própria. Interessa aqui destacar o segundo período – 1910 a 1950 –, particularmente a década de trinta, pelos fatos de caráter político e histórico, então ocorridos, que afetaram diretamente os ítalo-brasileiros e os nomes de origem italiana das comunidades por eles fundadas.

Alguns desses topônimos têm seu surgimento em períodos antigos, na Itália de outros tempos, em épocas que precederam a emigração de massa para a RCI. Trazidos na bagagem cultural dos imigrantes, eles têm relação estreita com as localidades e províncias de onde provieram esses emigrantes. A relação, contudo, não se dá apenas nesse nível. Os nomes transplantados para essa área brasileira são também reveladores da identidade e dos projetos de vida, dos sonhos e das esperanças daqueles que lhes deram origem.

O papel exercido pelo Governo Federal e sua repercussão em nível estadual foi, nesse período, decisivo, coercitivo, com implicações na toponímia regional e nas atitudes lingüísticas dos ítalo-brasileiros (cf. FROSI, 2005; FAGGION, 2005; DAL CORNO, 2005).

2. Nomes e sua descrição: a intersecção cultural

Nomes próprios são, na definição de Brito (2003, p. 37), “expressões referenciais para objetos particulares determinados e que podem ocorrer sem restrições de um lado e de outro do sinal de identidade,

⁴ Dados obtidos pelo *Censo demográfico 2000*. – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE; os dados aqui registrados foram levantados através do IBGE de Caxias do Sul/RS e IBGE de Bento Gonçalves/RS. (cf. FROSI, 2002, p. 126-128).

tal que as sentenças resultantes, quando ladeadas por expressões distintas, expressam enunciados que não são sempre falsos”. O autor faz menção a sentenças do tipo (BRITO, 2003, p. 34) “A capital do Brasil é Brasília”. Para esse autor, a questão é explicar como os nomes próprios se vinculam a seus objetos para estarem por eles nas sentenças.

Frege (1998 [1892], p. 84) faz uma conhecida distinção entre sentido (*Sinn*) e significado ou referência (*Bedeutung*). A referência de um nome próprio é o objeto ao qual o nome se refere (FREGE, 1998, p. 89), e o sentido é alguma descrição desse nome, visto que o sentido contém o modo de apresentação (FREGE, 1998, p. 85): a referência de (e.g.) “estrela da manhã” e “estrela da tarde” é a mesma, mas não o sentido. Nem sempre, diz Frege (1998, p. 87), a um sentido corresponde uma referência. Portanto, para essa linha de pensamento, os nomes próprios têm vinculação com o sentido, e é somente pelo sentido a que estão vinculados que podem desempenhar sua função semântica.

Brito (2003, p. 41 s.) assinala que podemos relacionar o *significado* ao conteúdo lingüístico e o *sentido* a um componente mais epistêmico. Para o autor (2003, p. 45), a partir dessa concepção, os nomes próprios têm sentido, isto é, vinculam-se diretamente a descrições, sendo oblíqua a referência de nomes próprios a objetos.

Para nosso uso, vamos tentar relacionar a noção ao caso dos topônimos. A referência do nome “Paris”, enquanto capital da França, é só uma, mas os sentidos que o nome da cidade foi adquirindo ao longo dos séculos são vários: não só a Cidade Luz do início do século XX, mas também a cidade a que se associava um certo ar de perdição, a cidade das muitas barricadas da Revolução Francesa e conflitos posteriores, a vítima dos nazistas, a capital da moda, o palco dos grandes protestos de 1968, etc. Algumas cidades, como Roma, ainda guardam em si os resquícios dos sinais que permitiram a incorporação de sentidos no decorrer dos tempos. Outras, como Tróia ou Babilônia, ou Sodoma, até perderam suas referências (pelo que se sabe, não há cidades com esses nomes), mas conservam seus sentidos.

Russell (1974, p. 10) defende um princípio da teoria da denotação: “as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado”. Brito (2003, p. 58) conclui que, para Russell, os nomes próprios são abreviações de descrições.

Não nos deteremos na teoria denotacional de Russell, mas nos permitimos adotar a idéia de que os nomes são abreviações de descrições. E complementamos com a noção de que tais descrições fazem parte de nosso universo semântico armazenado, são dadas pela cultura, da qual são parte intrínseca tanto pela tradição (memória, história, isto é, o passado), quanto pela interação social com suas regras de conduta (o presente) e também pelo imaginário (os sonhos, ou projeções para o futuro).⁵

Dick (2001) traz uma importante contribuição para essa compreensão:

A fixação das bases lexicais para definir lugares ou identificar pessoas dispensa, muitas vezes, a necessidade de se situar o objeto em um plano efetivo da representação, em que o designado corresponde, no plano do parecer, ao que significa, ao nível do ser. É o simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local acontece a partir do nome, antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo. (DICK, 2001, p. 79)

Assim, o nome de um lugar não é, em muitos casos, a atribuição arbitrária de uma denominação. Na atribuição de um nome próprio, busca-se, sobretudo, um sentido. Tal sentido acompanha o topônimo e a cultura que o circunda e retirá-lo – ou substituí-lo arbitrariamente por outra denominação – constitui uma agressão contra a tradição, a interação social e o imaginário de uma comunidade.

Portanto, para os membros de uma comunidade, além de referir um objeto, o nome de um lugar conota traços culturais que são caros a essa comunidade. Ou, expressando de outra maneira, um topônimo carrega consigo a sua possibilidade de descrição e esta está impregnada de traços culturais que perpassam a vida de todas as pessoas que constituem esse específico grupo social. Mais ainda se elas participam de sua criação.

⁵ Quanto a essa visão da cultura no tempo, v. KRAMSCH, 1998, p. 4-11.

3. Língua minoritária, língua majoritária

Apresentaremos nossa visão de como se configuram os nomes próprios na RCI, tendo em vista o contexto bilíngüe da região e a crescente prevalência da língua portuguesa, em detrimento do dialeto italiano, praticamente circunscrito, hoje, às gerações mais experientes e às zonas rurais mais remotas.⁶

Além do prestígio de língua oficial e de sua presença majoritária, a língua portuguesa teve valiosos elementos auxiliares, de ordem histórica, política e social, para conduzi-la ao pedestal de língua (hoje, quase) única das regiões urbanas da RCI. Dentre os múltiplos elementos que exerceram influência a favor do domínio da língua portuguesa em detrimento da fala dialetal italiana na RCI, destacamos dois de real importância em relação aos topônimos locais.

Um desses fatores, que é anterior aos anos da Segunda Guerra Mundial e que, por ser de natureza política, histórica e social, causou impacto na comunidade, ao menos na época, foi a decisão a nível nacional de uniformizar o ensino escolar em língua portuguesa, oficializada através de dois importantes decretos-lei do período do Estado Novo: o de número 406, de maio de 1938, e o 1545 de 25 de agosto de 1939. A obrigatoriedade de uso da língua portuguesa, de certa forma, proscreeu o uso do italiano na escrita e, em grande parte, na fala. Posteriormente, o contexto de guerra legitimaria e transferiria para todos os domínios lingüísticos a situação de língua a ser evitada. Pesavento (1980, p. 191-192) menciona a Campanha de “brasilianização” que houve nas áreas coloniais, com o propósito de afirmar o nacionalismo, e expõe as medidas tomadas pelo então Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Souza, para integrar os colonos à identidade brasileira: criação de escolas na zona colonial, nacionalização de estabelecimentos particulares, ênfase ao ensino obrigatório de Português, de História e Geografia do Brasil e de Educação Cívica. “A língua estrangeira foi proibida nas escolas, serviços públicos, militares e até nas inscrições de tumbas e lápides. Nacionalizaram-se as associações alemãs e obrigou-se que os jornais, revistas e avisos de lojas, bem como serviços religiosos, fossem feitos em português” (PESAVENTO, 1980, p. 192).

De certo modo, houve considerável ganho de escolarização nessa nacionalização: havia dezessete Grupos Escolares na RCI em 1937, e noventa em 1950 (cf. PAGANI, 2005, p. 50). Mas houve sem dúvida perda cultural, pois, ao que tudo indica, não se preconizou a convivência de culturas e de falas, mas a substituição, respectivamente, de umas pelas outras.

Estudos recentes retomam a questão. Pagani (2005, p. 20) menciona, especificamente na RCI, no período compreendido entre 1937 e 1941, a criação de Centros Culturais: em Caxias do Sul, o Tobias Barreto de Meneses; em Garibaldi, o Rui Barbosa; em Bento Gonçalves, o Humberto de Campos; cujos objetivos incluíam o de promover o nacionalismo brasileiro na região. O mesmo autor (PAGANI, 2005, p. 21) transcreve o programa da *Ação contra os kistos raciais*, que fora lançada em 1935 pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres, com sede no Rio de Janeiro, e aí encontramos, no item 5, especificamente o objetivo de “Promover o fechamento de todas as escolas primárias estrangeiras existentes no Brasil e destruição de toda literatura infantil estrangeira impressa no Brasil, ou para aqui enviada pelos governos estrangeiros” (PAGANI, 2005, p. 21) o que reflete, de modo extremado, talvez, um pensamento corrente na época. Pagani refere também a criação, em 1938, em Caxias, de um núcleo da Liga de Defesa Nacional, esta fundada em 1916 com objetivos como o da “conversão cívico-patriótica de todos os cidadãos” (cf. PAGANI, 2005, p. 28).

Outro elemento é especificamente a proibição formal de falar italiano, ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial, de dolorosa memória ainda hoje na comunidade ítalo-brasileira (a esse respeito, é interessante consultar os depoimentos presentes nos estudos de FROSI, 1996; COSTA, 1997; FROSI, 2005; FROSI, DAL CORNO e FAGGION, 2005a e 2005b; DAL CORNO, 2005). Pesavento (1980, p. 192) apresenta a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo como o fato que levou a Campanha de brasilianização ao clímax, dando ensejo a manifestações públicas de violência em Porto Alegre e no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre os elementos de ordem social, cita-se o preconceito associado à figura do colono (notadamente, após a urbanização e o aumento do poder aquisitivo do ítalo-brasileiro, conforme assinala FROSI, 1996, p. 162), preconceito que se estendeu ao sotaque que o denunciava como pertencente à comunidade itálica.

⁶ A esse respeito, cf., entre outros, FROSI, 1987 a e b; FROSI e MIORANZA, 1983; FROSI, 1987 b; ROVEDA, 1998; PAVIANI, 1997; PAVIANI, 2001; PAVIANI, 2004; DAL CORNO e SANTINI, 2004; DAL CORNO, 2005; FROSI, 2005; FROSI, DAL CORNO e FAGGION, 2005 a; FAGGION, 2006; SANTOS, 1998; SANTOS, 2006).

De fato, até os dias de hoje existe preconceito - e mesmo estigma - com referência à fala portadora de sotaque. (FROSI, 1987a; FROSI, 1987b; DAL CORNO e SANTINI, 1998; FROSI, DAL CORNO e FAGGION, 2005a e 2005b). Tal preconceito ocasionou não só situações de desconforto e desagradado, mas também entraves profissionais e isenções sociais aos que podiam ser identificados como colonos. Em decorrência disso, segundo relatos ainda hoje observáveis, houve práticas extremamente equivocadas, tais como proibição de falar italiano em classe e, por mais incrível que isso pareça, a recomendação aos pais de não falarem italiano em casa, para que a criança não tivesse sotaque. Ora, o inseguro e provavelmente incompleto português dos pais estava carregado de marcas dialetais, e a criança adquiriria esse português e não aquele idealizado pela campanha. (A respeito do português adquirido já com sotaque, ver PAVIANI, 2001).

Com certeza, os acontecimentos de ordem histórica, política e social a que acabamos de aludir tiveram papel preponderante na mudança de nomes da RCI. De modo notável, muitas localidades, então designadas por nomes italianos, tiveram seus nomes substituídos por outros, indicativos de elementos ou figuras brasileiras, como veremos adiante.

4. Velho mundo, novo mundo

Muitas são as denominações que retomam a localidade ou a província de onde provieram os imigrantes, no momento da constituição dos povoados que acabaram dando origem às cidades de hoje. Como diz Pozenato (2003, p. 22), a “toponímia poderia ser um indicador de como, nos começos da imigração, se procurava estabelecer um laço entre o novo mundo e o mundo deixado na Itália.” É o caso, por exemplo, de Nova Milano, Nova Bréscia, Nova Pádua e muitas outras.

Outras denominações descrevem o local em que se instalam, mencionando algumas de suas características. É o caso de Barracão, que faz menção ao barracão propriamente dito em que se abrigaram os primeiros imigrantes, e é um topônimo que se repete em várias das antigas colônias ocupadas pelos imigrantes italianos. Algumas localidades, no entanto, devem seu nome a uma característica da terra de origem. É o caso de Forqueta, que lembra o nome da localidade italiana de onde vieram os imigrantes, onde havia rios em forma de forquilha.

Algumas denominações lembram o santo padroeiro da terra de origem, consagrado na nova terra. É o caso de Monte Rosário (atual Faria Lemos), pois a localidade foi dedicada a Nossa Senhora do Rosário; Addolorata (atual Tuiuti) em homenagem a Nossa Senhora das Dores. Outras tomam o nome da primeira capela construída. É o que ocorre com São João Bosco. Há ainda combinações dos dois últimos aspectos: Santo Antônio do Jacaré homenageia o santo padroeiro da localidade e faz referência ao Arroio Jacaré, que a cruza.

Muito frequentes são as denominações que fazem referência a algum episódio da história da localidade. É o caso de Picada Vecia (“Picada Velha”), que recebeu essa denominação por ser a primeira picada aberta na região. Há menção também, nos primeiros nomes, das linhas ao longo das quais e de ambos os lados se situavam os lotes rurais em que os imigrantes se estabeleceram. Chamava-se Trinta e Cinco (atualmente Carlos Barbosa) o povoado que teve seu início no lote de número 35. Silva Pinto (atual Pinto Bandeira) formou-se a partir da Linha Silva Pinto. Ana Rech, cidade próxima a Caxias do Sul, deve seu nome a uma das primeiras imigrantes, que possuía casa de comércio e local de pousada. Os tropeiros referiam-se ao local pelo nome da proprietária.

É de se observar também que, nas áreas da RCI que limitavam com a Região de Colonização Alemã, há nomes germânicos. Para ilustrar, Linha Boêmios, popularmente Boêmia ou Bohêmia, deve seu nome às famílias de origem alemã (Hassdenteufel, Dietrich, Weiss, Hildebrand, Fischer e outras) aí estabelecidas quando da chegada dos primeiros imigrantes italianos.

Como se pode verificar, as práticas de denominação obedecem aos parâmetros toponímicos seguidos, via de regra, nos outros lugares deste e de outros países.

Os primeiros tempos presenciaram também uma adaptação do nome português à pronúncia ou ao modo de dizer italiano. A Colônia Dona Izabel (atual Bento Gonçalves) era chamada por seus primeiros habitantes de “Isabela”. Pinto Bandeira, até pouco tempo atrás, era chamada “La Pinta” (talvez remetendo ainda à Linha Silva Pinto, primeira denominação da localidade). O mesmo sucede até hoje com Otávio Rocha, originado do Travessão Marcolino Moura, muitas vezes referido por “La Marcolina”.

5. Toponímia e práticas identitárias

Nosso estudo focaliza, essencialmente, conforme já sinalizamos, as cidades que tiveram seu nome italiano trocado por nomes brasileiros — alguns de origem indígena, tupi-guarani, outros de origem portuguesa — por ocasião da Segunda Guerra Mundial, tendo o processo, conforme se viu acima, iniciado antes, no período de nacionalização da educação e do ensino. Um exemplo notável é o de **Nova Milano**, quarto distrito de Farroupilha, onde se localizava o barracão que inicialmente abrigava as famílias que, vencidos os 66 km de caminhos tortuosos, serra acima, aguardariam a distribuição de terras. Atualmente, o distrito ainda congrega famílias que, por seus nomes de origem e pelos dialetos que falavam e (com restrições, é verdade) ainda falam, demonstram predominantemente sua ascendência lombarda. A Lombardia é uma região da Itália Setentrional cuja cidade mais importante é Milão. (Sobre as características imigratórias de Nova Milano, consultar FROSI e MIORANZA, 1975, e sobre as características dialetais consultar FROSI e MIORANZA, 1983.). A localidade teve, em 1939, seu nome trocado por Emboaba, mas com tamanha rejeição por parte dos habitantes que, uma vez passado o período de repressão, recuperaram o antigo topônimo, condizente com a origem étnica milanese da maior parte dos imigrantes da localidade.

O mesmo ocorreu com **Nova Roma**, que teve seu nome trocado por Guararapes e depois por Guaicurus, hoje Nova Roma do Sul; **Monte Belo**, trocado por Caturetã quase ao final da guerra, em 1945, hoje Monte Belo do Sul; **Nova Brescia**, trocado por Tiradentes, em 1938, depois Canabarro, em 1944, e, finalmente, retornando a Nova Bréscia; **Bassano Del Grappa**, trocado por Silva Paes, recobrando a identificação dos primeiros habitantes, passa a se chamar Nova Bassano. Algumas informações adicionais permitirão perceber a peculiaridade dessas substituições.

A colônia Bassano del Grappa, durante a Segunda Guerra Mundial, passou a chamar-se Silva Paes. Em 1947, “as autoridades estaduais, atendendo a um abaixo-assinado dos moradores, concordaram com o nome atual”, que é Nova Bassano (CENTENÁRIO, 1975, p. 308). A sucinta informação contida no álbum deixa entrever a não-aceitação do nome estranho, a redefinição de uma identidade, a união do grupo para formalizar a iniciativa do abaixo-assinado.

Assim também Arroio das Pedras, cujos primeiros colonizadores vieram de Brescia (Lombardia). O nome Nova Bréscia foi uma homenagem a esses primeiros povoadores. Em 1938, a localidade tornou-se município, com o nome de Tiradentes. Em 1944, teve seu nome mudado para Canabarro. Em 1950, retomou para o nome original, Nova Bréscia, “por vontade própria dos moradores” (CENTENÁRIO, 1975, p. 312). Mais uma vez, a curta cronologia constante no álbum evidencia o nome criado na origem, repleto de justificativa histórico-cultural, o nome imposto a seguir trocado por outro nome imposto, e o retorno ao nome original, com revitalização da identidade e adequação do nome à história do município. Observe-se que o nome atualmente é pronunciado à brasileira, que coincide com a pronúncia dos dialetos vênéticos: o “sc” da grafia é pronunciado com o som de /s/, e não com o da fricativa chiante palato-alveolar típica da pronúncia italiana.

Nova Roma também tem uma história peculiar. Barbosa (1980, p. 230) assinala que inicialmente, na Linha Barata Góis, havia um núcleo de poloneses e suecos. Os italianos começaram a chegar aí em 1888. O povoado chamava-se Castro Alves. Em 1894, foi criado outro povoado, chamado Nova Treviso, em homenagem aos imigrantes. Uma capela, criada a meio caminho entre os dois povoados, marca o início de Nova Roma. A data de fundação é seis de janeiro de 1899. Sem nos determos nos percalços relatados por Barbosa (1980, p. 231-232), vamos à história do nome:

O nome de Nova Roma foi iniciativa dos próprios imigrantes italianos, querendo com isso homenagear a Capital de seu país de origem. Durante a Segunda Guerra Mundial, como aconteceu com quase todas as localidades, praças e ruas que tinham nomes italianos, Nova Roma, por determinação governamental, passou a denominar-se Guararapes, nome que não agradou e, por isso, em primeiro de janeiro de 1941, o prefeito Waldemar Mansueto Grazziotin restabeleceu a primeira denominação, fato que foi festejado com grandes manifestações de alegria, com a população soltando foguetes, enquanto os sinos bimbahavam saudando o auspicioso acontecimento. (BARBOSA, 1980, p. 146)

Mais uma vez, a afirmação de uma identidade está presente, ao que tudo indica marcada ruidosa e festivamente pela aprovação do povo. Se a data estiver correta, não deixa de haver um componente de audácia nessa manifestação. Observe-se que o nome não marca a origem dos imigrantes, mas é uma homenagem deles à capital do país de onde vieram. Não há romanos entre os primeiros imigrantes (sobre a

proveniência dos imigrantes da RCI, v. FROSI e MIORANZA, 1975).

Aliás, a influência da terra de origem verifica-se nas denominações, indicando não só proveniência (caso mais geral), mas também homenagem (caso de Nova Roma) e outras peculiaridades, como é o caso curioso de Nova Sardenha. À primeira vista, somos levados a supor que a proveniência dos primeiros imigrantes aí chegados fosse sarda, o que não se verifica. Conta a história popular que dois dentre os moradores mais antigos aí estabelecidos envolveram-se em uma séria briga. A fama de que os sardos gozavam na Itália de serem rígidos e briguentos constituiu-se em um elemento cultural italiano transplantado para a RCI. A consequência de tal desentendimento foi a de denominar a localidade com o nome da maior ilha italiana, aqui modificado pelo adjetivo Nova (FROSI e MIORANZA, 1983, p. 19).

Monte Belo do Sul teve os nomes de Linha Zamith (ou Zemith, provavelmente homenageando um dos agrimensores), Montebello, Caturetã (“povoado bonito”), Monte Belo e, finalmente, a partir de 1992, Monte Belo do Sul. É o que relata Razador (2005, p. 9), em obra que reconstitui relatos orais que dão conta das histórias das primeiras famílias do município, que já foi distrito de Bento Gonçalves. De fato, nos relatórios da Intendência de Bento Gonçalves encontramos referência a esses nomes. No Relatório de 1920 (transcrito por CAPRARA e LUCCHESI, 2005, p. 147), encontramos referência a uma ponte reconstruída (a anterior fora destruída por um tufão) na Linha Zamith número 6. Caprara e Lucchese (2005, p. 155) reportam a organização do território do município de Bento Gonçalves, em 29 de dezembro de 1892, mencionando o terceiro distrito como Zemith. Em 1897, aparece a denominação de Montebello para o antigo distrito da Zemith (CAPRARA e LUCCHESI, 2005, p. 156). Em 1949, houve retorno ao nome Monte Belo, dessa vez aportuguesado. Quando o distrito foi elevado à categoria de município, a denominação recebeu o aposto identificador, por sugestão do IBGE, tornando-se Monte Belo do Sul, em 1992.

Tempo de paz, tempo de retomar as origens, resgatar memórias que um evento complexo tornara proibidas: essa pode ser uma explicação para o retorno às denominações que carregavam a simbologia do velho mundo, mas impregnadas de conotações relativas à construção de uma identidade no mundo novo. Por um lado, nostalgia, identidade, amor às origens; mas não se pode descartar, de outro lado, a hipótese da descoberta de uma nova possibilidade de lucro com o nicho itálico no turismo.

O quadro 3 abaixo sintetiza as informações aqui apresentadas com relação à substituição de nomes italianos e o retorno a eles.⁷

Quadro 3. Topônimos de origem italiana na RCI alterados na década de 1930 e posteriormente retomados

Denominação original	Motivação para a denominação	Denominações intermediárias	Nome adquirido da década de 1930	Denominações intermediárias	Denominação atual
Bassano del Grappa	Homenagem aos imigrantes vindos da localidade de mesmo nome na província de Vicenza. Pertencia, inicialmente, a Lagoa Vermeha	Nova Bassano (1924)	Silva Paes (1939)		Nova Bassano (1947) Município: 1964 (Lei 4730 de 23 de maio)
Linha Barata Góis Castro Alves		Nova Treviso Nova Roma (1890)	Guararapes Guaicurus	Nova Roma (1949)	Nova Roma do Sul (1987)
Linha Zamith (Zemith)	Provavelmente homenagem a um dos demarcadores de terra; ou algum dos freis Capuchinhos que atenderam a paróquia em seu início	Montebello (1898) Localidade de igual nome na província de Vicenza	Caturetã (1945) (“Povoado Bonito”)	Monte Belo (1949)	Monte Belo do Sul Lei 9.564 de 20 de março de 1992
Nova Brescia	Fundadores provenientes de Brescia, Lombardia Pertencia inicialmente a Arroio das Pedras		Tiradentes (1938) Decreto 7.199 de 31 de março de 1938	Canabarro (1944)	Nova Bréscia (1950) Lei 9.905 de 29 de dezembro de 1964

⁷ O quadro procura sintetizar dados obtidos em obras impressas, complementados com os disponibilizados pela Internet através de sites direcionados ao turismo, como www.camaracaxias.rs.gov.br; www.raizesdosul.com.br; www.caxias.tur.br; entre outros.

Nova Milano	Barracão (dos imigrantes)	Nova Milano	Emboaba (1939) Decreto 7.842 de 30 junho de 1939		Nova Milano (quarto distrito de Farroupilha) Lei Municipal no. 36 de 4 de julho de 1949
Sesmaria Machado (parte)		Nova Sardenha Estação ferroviária inaugurada em 1910	Cajuru (1939 – decreto 7842 de 30 junho)	Caruará (Decreto Lei Estadual no. 720 de 1949)	Nova Sardenha (3o distrito de Farroupilha) Lei Municipal no. 578 de 10 de setembro de 1962)

Nomes que desde a origem foram bem brasileiros, como é o caso de Antônio Prado, guardam em sua história referências italianas. Barbosa (1980, p. 14) conta que, criado em 1885, o núcleo de Antônio Prado sempre teve esse nome, em homenagem ao então Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro da Agricultura no Império, que exerceu grande influência no Parlamento para a criação de núcleos coloniais, impulsionando, desta forma, a imigração. E o nome, de fato, persiste até hoje. Todavia, Roveda (2003, p. 39) nos diz que, num primeiro momento, ainda informalmente, os imigrantes e seus descendentes chamavam o território à margem direita do Rio das Antas de Paese Nuovo ou de Bel Paese (“belo povoado”), “o belo lugar que já se formara na visão de seus habitantes e das vizinhas colônias” (ROVEDA, 2003, p. 42). Como se vê, o lugar desde o início teve um nome oficial, mas o “apelido” com que era comumente designado era italiano. Melhor diríamos: em língua italiana, porque a descrição era de um lugar brasileiro, e que faz jus ao nome.

Outras localidades, inicialmente denominadas por topônimos italianos, não retomaram o nome de origem após o término da Segunda Guerra. **Nova Vicenza** teve seu nome trocado por Farroupilha, homenageando o centenário da Guerra dos Farrapos (1935), denominação ainda vigente, não obstante os primeiros habitantes fossem da província de Vicenza; **Nova Trento** foi trocado por Flores da Cunha, nome que perdura até hoje; **Monte Vêneto**, trocado por Cotiporã.

Rovílio Costa (1998, p. 286) cita os documentos que registram a extraordinária troca de nomes de Cotiporã. O Decreto número 7.199, de 31 de março de 1938, elevou à categoria de cidade a vila de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, e à categoria de vila os povoados de Monte Vêneto e Bela Vista. O Decreto número 7.842, de 30 de junho de 1939, adota o nome de Cotiporã para a vila de Monte Vêneto. A Lei Municipal número 260, de 10 de dezembro de 1955, restabelece o nome de Monte Vêneto para a Vila de Cotiporã. A Lei Municipal número 305, de 9 de dezembro de 1956, revoga a Lei número 260 do ano anterior, permanecendo, pois, o nome de Cotiporã, até hoje.

As questões suscitadas pelo relato do caso de Cotiporã poderiam, de certa forma, ser aventadas em todas as cidades que sofreram troca de nome no conturbado ambiente histórico-político da primeira metade do século XX. O que chama, porém, a nossa atenção é que, passados dez anos do fim da guerra, essa cidade retoma seu nome anterior, Monte Vêneto. O que teria determinado o desejo de retomar o nome antigo? No entanto, um ano depois a cidade retoma o nome brasileiro, revogando a lei que fizera voltar o nome antigo. Que complexo problema de identidade se esconde aí? Ou seria a questão puramente prática de não precisar reformular documentos, alterar razões sociais, modificar endereços, mapas, cartões, placas, o que seja, o elemento determinante de voltar ao nome brasileiro? Ou o desejo de ser como todos no país acolhedor? Ou o desejo de pertencer ao grupo de maior prestígio? Resta um caso digno de investigações posteriores.

Pozenato (2003, p. 23), ao comentar a história da localidade de Conceição da Linha Feijó, no município de Caxias do Sul, avança uma outra possibilidade de explicação: “A tendência cultural de manter laços com a origem é rapidamente abandonada em função do interesse ou da necessidade.” Esta seja talvez a justificativa para os casos explanados a seguir.

A mudança de nome de Nova Trento para Flores da Cunha encerrou uma história saborosa sobre o nome da localidade. No álbum *Centenário da Imigração Italiana* (Centenário, 1975, p. 236), há o relato sobre a indecisão que cercou a indicação de um nome para o lugar, onde havia moradores de diferentes procedências italianas. Houve insistência do imigrante Sisto Rossete para o nome “Nova Trento”, numa homenagem ao seu local de origem. De fato, um dia o nome apareceu numa placa pendurada no pinheiro mais alto da praça. Não se sabe se foi Sisto Rossete, mas o nome ficou. Em 1935, pelo Decreto número 12 do Governo Municipal, a denominação foi mudada para Flores da Cunha, sendo em 1939 a vila elevada à

categoria de cidade. (CENTENÁRIO, 1975, p. 236). No entanto, essa foi uma designação “de cima”. Para os imigrantes e seus descendentes que moravam em Nova Trento, o novo nome não era marca de identidade. É o que se vê em obra recente que analisa a história do Município, e que vale a pena citar:

Para os munícipes, esse nome não tinha significado nenhum, pois embora o General José Antônio Flores da Cunha fosse um homem público e grande personalidade da história nacional, ninguém de Nova Trento tinha conhecimento de sua história. (VAILATTI e MAZZAROTTO, 2006, p. 149)

Não houve, entretanto, contestação quanto à troca por parte da população, ao menos publicamente, “por medo de represálias” (cf. VAILATTI e MAZZAROTTO, 2006, p. 150).

Vemos que o caso ilustra muito bem a questão de substituir um nome impregnado de traços culturais e justificativas históricas por um outro, talvez conveniente politicamente, naquele momento, a quem efetuou a troca. Nenhuma ação, contudo, sucedeu ao estranhamento do novo nome, a não ser a de que até hoje muitos habitantes de Flores da Cunha se dizem naturais de Nova Trento.

Algo semelhante ocorreu com Farroupilha: a localidade de Nova Vicenza teve seu nome escolhido por colonos procedentes de Vicenza. Em 11 de dezembro de 1934, a localidade foi elevada à categoria de município, “com a atual denominação de Farroupilha” (CENTENÁRIO, 1975, p. 252). Flores da Cunha e Farroupilha são exemplos de municípios que aceitaram a denominação estranha à sua cultura. Temos, todavia, um número maior de exemplos em contrário.

O quadro 4 abaixo sintetiza as informações aqui apresentadas com relação à substituição de nomes de origem italiana por nomes “brasileiros”.

Quadro 4. Topônimos de origem italiana na RCI substituídos por nomes brasileiros (lusos ou indígenas)

Denominação original	Motivação para a denominação	Denominações intermediárias	Nome adquirido da década de 1930	Denominações intermediárias	Denominação atual
Nova Trento			Flores da Cunha (1935)		Flores da Cunha
Colônia Roça Reiúna 1880	Denominação de origem gauchesca para o local de encontro e pouso dos viajantes que comerciavam entre os Campos de Cima da Serra e Porto Alegre.	Colônia Alfredo Chaves (1884) Benjamin Constant (1892 – revogado em 1898)	Alfredo Chaves (1938) Elevado a município		Veranópolis 1944
Monte Vêneto 1885	Predominância de provenientes da região do Vêneto Parte de Alfredo Chaves (atual Veranópolis)	Monte Vêneto (1892)	Cotiporã (“Lugar Bonito”) Decreto 7.842 de 30 de junho de 1939	Monte Vêneto (1955)	Cotiporã (1956) emancipação – Lei estadual 7.652 de 1982
Nova Vicenza			Farroupilha (1935) - Decreto Estadual 5.779 de 11 de dezembro de 1934: emancipação e homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha		Farroupilha

Para rematar essa exposição, lembramos que não só cidades, mas também logradouros sofreram mudança de nome. Caxias do Sul, hoje o centro econômico e populacional mais desenvolvido da RCI, homenageou o autor da Divina Comédia dando à sua praça central o nome de Dante Alighieri, tendo sido nela colocado, em 15 de novembro de 1914, o busto de bronze desse gênio universal. Contudo, a proibição dos nomes estrangeiros levou a administração local a mudar o nome. Apesar do sentimento étnico italiano, em 1942, durante um comício cívico, foi sugerida a mudança do nome para Rui Barbosa, o que foi aprovado pela Câmara Municipal em 1948 (cf. ANTUNES, 1950, p. 87-89). A lei nº 3.494 de 20 de junho de 1990 restituiu ao referido logradouro a denominação de Praça Dante Alighieri, nome que conserva até hoje.

Em suma, observam-se na RCI casos em que o topônimo resgata a memória identitária dos imigrantes, dando-lhes alento para a constituição de uma nova identidade não desvinculada de suas tradições e valores, o que atualiza a afirmação de Mocelin (1996, p. 82): “a memória é o *locus* privilegiado da construção e atualização do mito do imigrante.” Por outro lado, verificam-se também os casos em que o topônimo revela a

adaptação (que por um processo de submissão, quer por um processo de apropriação) aos valores da terra que acolheu esses imigrantes.

5 Conclusão

O emprego de nomes italianos para denominar as localidades em que se instalaram os imigrantes chegados no final do século XIX, constituindo a região que se costuma denominar RCI, poderia ser simplesmente considerado uma característica cultural, a de repetir nomes, mantendo uma corrente no tempo, entre espaços geográficos e gerações, repetindo na toponímia o que era prática familiar. Observa-se, na leitura de textos⁸ que apresentam relações dos primeiros moradores e os que se seguiram em determinadas localidades, que, nos nomes de batismo, havia uma tradição marcante de uso dos mesmos nomes na família. Não só o nome do pai para o filho, como em outras culturas, mas um nome que se repete na família: o avô, um dos tios, um dos primos, poderiam chamar-se, por exemplo, Antônio; e esse seria também o segundo nome de vários outros parentes (José Antônio, Paulo Antônio, etc.). Várias famílias têm nomes próprios que se repetem dessa maneira, ou com uma geração de intervalo (com vistas a evitar confusões de designação) ver se cabe lá na parte que diz os procedimentos comuns.

Parece-nos que, mais do que isso, o nome italiano significava (e, em parte, ainda significa) uma tentativa de reviver a terra de origem na nova pátria, simbolizando talvez a perspectiva de manter a memória do conhecido frente ao desconhecido, ou, quem sabe, tornar mais reconhecível a nova terra agreste e hostil que os imigrantes enfrentavam, procurando **presentificar** nela traços próprios da terra antiga.

A recorrência do adjetivo “Nova” sempre precedendo o nome designativo da localidade constitui com esse uma simbiose perfeita entre a terra natal e a pátria acolhedora, entre o universo de elementos italianos e os múltiplos componentes da nova realidade brasileira. Os italianos que deram existência à RCI não abandonaram seu passado ao partir. Eles o trouxeram na alma e no corpo como algo a ser preservado e destinado à vida recontextualizada no solo brasileiro. Se inevitavelmente o nome da localidade originária carrega consigo a memória da fome e da miséria, não é menos verdade que ele contém a forma e o sentido do tempo por eles lá vividos.

Acreditamos, porém, que, talvez mais forte do que tudo, o topônimo revivido poderia constituir uma fundamentação da identidade. Marcadas por diferenças dialetais e por características culturais específicas, as diferentes regiões do norte da Itália ainda designavam o *locus* de seus filhos na nova terra, e isso se deu por muitos anos.

Na questão da identidade, a marca de origem era tão forte que mesmo os nascidos no Brasil eram indicados como “cremoneses” ou “paduanos” ou “vicentinos”, ou “beluneses”, ou *tirolesi senza bandiera* (o Trentino estava sob o domínio da Áustria na época da emigração de massa para o Brasil) e outros; isso é devido não só ao fato de os falantes ítalo-brasileiros conservarem marcas dialetais específicas, mas também, às vezes, por guardarem em seus próprios nomes de família a marca da procedência, ou ainda por cultivarem a origem através de costumes, tradições e comidas específicas. Tão forte era a adesão às tradições da pátria antiga, que alguns colonos eram reconhecidos pela alcunha que designava um membro da família no Velho Mundo. Por exemplo, “il Seco” (“il Secco” no italiano padrão) foi a alcunha que permitiu a um seu descendente identificar sua localidade de origem, na Itália.

A inserção cultural e identitária que se verifica entre um topônimo e sua referência acaba revelando não só procedências e costumes, mas também influências, conflitos, provações e buscas. A manutenção e retomada do nome italiano pode significar apego à origem e afirmação de identidade. A aceitação do nome imposto pode significar desejo de integração.

Nos topônimos criados na RCI pelos italianos e seus descendentes, não há ou, pelo menos, não estão enfatizados traços de conflitualidade étnica. Pelo contrário, o que é proposto neles não é uma oposição entre velho e novo mundo (o primeiro indicado pelo núcleo nominal, o segundo por um modificador), mas uma construção seletiva, inventiva na base dos nomes originários adaptados ao novo contexto, agora seu.

Uma leitura de conflito étnico é, todavia, possibilitada na substituição desses topônimos por outros que ainda não tinham o devido significado para os ítalo-brasileiros da RCI. Ninguém se identifica com o outro por decreto governamental, no desrespeito às diferenças etno-lingüísticas culturais. É, portanto, no confronto entre o nome então vigente e aquele imposto que o sentimento identitário se manifesta.

⁸ São exemplos os textos já citados neste trabalho, como Caprara e Luchese, 2005; Costa, 1998; Vailatti e Mazarotto, 2006.

6. Referências bibliográficas

- ANTUNES, Duminiense Paranhos. *Documentário histórico do município de Caxias do Sul; 1875-1950*. São Leopoldo: Artegráfica comércio e indústria, 1950.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.
- BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UNB, 2003.
- CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane A. *Da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930 – história*. Bento Gonçalves: Casa das Artes, 2005.
- CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA: 1875 – 1975, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre: Edel, 1975.
- COSTA, Iara Bemquerer. Ensino do português em áreas bilíngües: uma prioridade? In: *Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística: conferências e mesas-redondas. (1.: 1994: Salvador:) Atas...* Salvador: ABRALIN; FINEP; UFBA, 1996. v. 1, p. 324-333
- COSTA, Rovílio et. al. *Povoadores de Cotiporã*. Porto Alegre: EST, 1998.
- DAL CORNO, Giselle O. Mantovani; SANTINI, Mara S. Reações subjetivas à fala com sotaque italiano na região de colonização italiana (RCI) do Rio Grande do Sul. *Coletânea CCHA: cultura e saber*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, v. 2, n. 1, 1998.
- DAL CORNO, Giselle O. Mantovani. Conseqüências de atitudes lingüísticas negativas para com grupos lingüísticos: da estigmatização à solidariedade. Congresso Internacional Linguagem e Interação. São Leopoldo, RS: UNISINOS; CNPq; FAPERGS; CAPES, 2005. cd-rom
- DICK, Maria Vicentina de Paula Do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e freqüência. In: OLIVEIRA, Ana M. P. P.; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.
- FAGGION, Carmen M. Estigma, cultura e atitude. . Congresso Internacional Linguagem e Interação. São Leopoldo, RS: UNISINOS; CNPq; FAPERGS; CAPES, 2005. cd-rom
- FAGGION, Carmen M. O uso de *ghe, ghen* em registros escritos do Dialeto Italiano da Serra Gaúcha. LIMA, M. S.; FONTANA, N. M. (orgs.). *Língua estrangeira e segunda língua: estudos descritivos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.
- FREGE, Gottlob. *Ensayos de semántica y filosofia de la lógica*. Madrid: Tecnos, 1998.
- FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos*. Caxias do Sul: EducS, 1983.
- FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: EducS, Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas, 1975.
- FROSI, Vitalina. Interrelazioni fra il dialeto veneto e la lingua portoghese-brasiliana. In: ZILIO, Meo (Org.) *Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo*. Venezia: Giunta Regionale Regione Veneto, 1987 a.
- FROSI, Vitalina. I dialetti italiani nel Rio Grande do Sul e il loro sviluppo nel contesto socioculturale ed economico: prevalenza del dialetto veneto. In: LOCASCHIO, Vincenzo (org.). *L'italiano in America Latina*. Firenze, Felice Le Monnie, 1987 b.

- FROSI, Vitalina M. A linguagem oral da Região de Colonização Italiana no sul do Brasil. MAESTRI, Mário (coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FROSI, Vitalina M. Os dialetos vênets no Rio Grande do Sul: convivência e mescla lingüística. CARBONE, Florence; MAESTRI, Mário (coords.). *Raízes italianas no Rio Grande do Sul 1875 – 1997*. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.
- FROSI, Vitalina Maria. Bilingüismo, identidade étnica e atitudes lingüísticas. CD Congresso Internacional Linguagem e Interação. São Leopoldo, RS: UNISINOS; CNPq; FAPERGS; CAPES, 2005.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. A mulher imigrante e o trabalho. In: *Chronos*, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, jan./jul. 1996. p. 7-18. [Número especial: *120 anos de imigração italiana*.]
- MOCELIN, Maria Clara. Itália: o elo rompido agora reatado. In: *Chronos*, Caxias do Sul, v. 29, n. 1, jan./jul. 1996. p. 82-87. [Número especial: *120 anos de imigração italiana*.]
- ORLANDI, Eni P. O discurso sobre a língua no período Vargas (Estado Novo – 1937/1945). *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas, n. 15, 2005, p. 27-33.
- PAGANI, Marcos F. *O nacionalismo na região colonial italiana*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2005.
- PAVIANI, Neires M. S. Estigma social da pronúncia no ensino do português. FELTES, Heloísa P. M.; ZILLES, Urbano. (orgs.). *Filosofia: um novo horizonte*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- PAVIANI, Neires M. S. *O pronome ético: uma característica dialetal*. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair et al. (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- RAZADOR, Leonir. *Povoadores e história de Monte Belo do Sul*. Porto Alegre: EST, 2005.
- ROVEDA, Fernando. *Memória e identidade: Antônio Prado – patrimônio histórico e artístico nacional*. Porto Alegre: Metrópole, 2003.
- ROVEDA, Susana Damiani. *Elevação da vogal átona final em comunidades bilíngües: português e italiano*. Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada. Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- RUSSELL, Bertrand. *Lógica e conhecimento*. São Paulo: Abril, 1974. (Os Pensadores)
- SABBATTINI, Mario. *La regione de colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul: gli insediamenti nelle aree rurali*. (Estrato). Firenze: Cultura Cooperativa, 1975.
- SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. O uso da fala dialetal italiana por falantes urbanos como marca de identidade cultural. *Cadernos do IL*. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. p. 29-50.
- SANTOS, Salette Rosa Pezzi dos. O *Radici* no contato italiano-português da região de Caxias do Sul: identidade, atitudes lingüísticas e manutenção do bilingüismo. LIMA, M. S.; FONTANA, N. M. (orgs.). *Língua estrangeira e segunda língua: estudos descritivos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.
- VAILATTI, G. L.; MAZZAROTTO, G. (orgs.) *Nossa história: de Nova Trento a Flores da Cunha*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.